

O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Autor(res)

Vamberth Soares De Sousa Lima

Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O avanço tecnológico, sobretudo a partir da Revolução Digital no final do século XX, transformou profundamente as relações humanas e sociais, exigindo do Direito uma adaptação rápida e contínua. A necessidade de proteção jurídica diante de fenômenos como a internet, a inteligência artificial e a proteção de dados pessoais revela a íntima conexão entre o desenvolvimento tecnológico e a evolução normativa. Assim, o Direito moderno se reinventa, buscando não apenas acompanhar as novas demandas sociais, mas também prever riscos futuros, garantindo a dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica em um mundo cada vez mais digitalizado.

Objetivo

Analizar a interação histórica e atual entre o Direito e as novas tecnologias, destacando a necessidade de adaptação normativa frente às transformações sociais provocadas pela inovação tecnológica.

Material e Métodos

Para a construção deste trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando como materiais principais doutrinas jurídicas contemporâneas, legislações específicas, tratados internacionais sobre proteção de dados e artigos acadêmicos sobre tecnologia e sociedade. O método utilizado foi o histórico-comparativo, observando o desenvolvimento do Direito em resposta a três momentos tecnológicos distintos: a Revolução Industrial, a Revolução Digital e a atual Era da Inteligência Artificial. A análise buscou entender como o Direito reagiu em cada período, bem como quais instrumentos jurídicos surgiram para regular as novas dinâmicas sociais, econômicas e éticas.

Resultados e Discussão

O estudo evidenciou que o Direito historicamente responde de forma reativa às inovações tecnológicas. Durante a Revolução Industrial, surgiram as primeiras legislações trabalhistas para conter abusos. Com a Revolução Digital, novas preocupações surgiram, como a regulamentação da internet e dos crimes cibernéticos. Atualmente, a proteção de dados pessoais e a regulação da inteligência artificial tornaram-se centrais, com leis como a GDPR europeia e a LGPD brasileira. A discussão atual também envolve dilemas éticos relacionados à autonomia das máquinas, à responsabilidade civil em decisões automatizadas e ao impacto da tecnologia no mercado de trabalho. Observa-se que o Direito precisa cada vez mais adotar posturas preventivas e multidisciplinares, com

diálogo entre juristas, engenheiros e filósofos.

Conclusão

A relação entre o Direito e as novas tecnologias é dinâmica e exige constantes atualizações legislativas e doutrinárias. O histórico mostra que o Direito sempre respondeu às inovações, mas o ritmo acelerado da era digital e da inteligência artificial demanda uma postura mais proativa. Regulamentar o uso de novas tecnologias sem sufocar a inovação é um dos maiores desafios do século XXI, sendo essencial equilibrar o progresso técnico com a proteção dos direitos fundamentais.

Referências

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais e novas tecnologias. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça, n. 3, 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- EUROPEAN UNION. General Data Protection Regulation (GDPR), 2016.
- PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.